

COORDENADORES:
GABRIELA VERONA PÉRCIO
LUCIANO ELIAS REIS

TEMAS AVANÇADOS EM
**LICITAÇÕES &
CONTRATOS**

INCP
INSTITUTO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

341.3527
T248
THL
2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

03

ARTIGOS

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E SEU CARÁTER FUNCIONAL

<i>Alessandro Macedo</i>	15
1. Introdução	16
2. O ETP: quando e como devo utilizar	17
3. Conclusão	25
4. Referências	25

COMO OPERACIONALIZAR O ART. 10 DA LEI 14.133/2021 EM ENTES QUE POSSUEM LIMITAÇÕES QUANTO AO PAPEL DA ADVOCACIA PÚBLICA

<i>Ana Luiza Jacoby Fernandes</i>	27
1. Introdução	27
2. A assimetria entre responsabilização e proteção dos servidores públicos: um inibidor de inovações	29
3. Críticas a solução legislativa do art. 10 da Lei nº 14.133/2021	31
4. Dificuldades na operacionalização do dispositivo	34
5. Propostas normativas para preservar a autonomia federativa	34
6. Conclusão	37
7. Referências	38

CONTRATAÇÃO DIRETA: ENTRE OS DESAFIOS JURÍDICOS E A FUNÇÃO LEGITIMADORA DO PROCESSO

<i>Anderson Sant'Ana Pedra</i>	39
1. Introdução	39
2. O estigma da contratação direta	40

2.1 A busca da eficiência: resultado prático da contratação direta	44
2.2 Deferência administrativa	45
3. Contratação direta como procedimento administrativo simplificado	47
3.1 Requisitos necessários para a devida instrução para a contratação direta	49
3.2 A importância da motivação	49
4. Considerações finais	51
5. Referência bibliográficas	52

SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: O PAPEL ESTRATÉGICO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) E A TRANSVERSALIDADE COM O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

<i>Angelina Leonez</i>	53
1. Introdução	53
2. Movimentos percebidos no mercado que estimulam organizações a adotarem práticas ESG	53
3. A Administração Pública como indutora de práticas ESG	56
4. A transversalidade como eixo estruturante entre o PCA e o PLS	57
5. Conclusão	59
6. Referências	60

O USO DO CREDENCIAMENTO DA LEI Nº 14.133/2021 PELAS EMPRESAS ESTATAIS

<i>Benjamin Zymler e Francisco Sérgio Maia Alves</i>	63
1. Introdução	63
2. O regime jurídico das contratações das empresas estatais	64
2.1 O marco normativo da Lei nº 13.303/2016	64
2.2 Poder regulamentar das empresas estatais	65
2.3 A inaplicabilidade da Lei nº 14.133/2021 de forma direta	65
3. O instituto do credenciamento e sua previsão na Lei nº 14.133/2021	66
3.1 Características e finalidades	66
3.2 Viabilidade de aplicação analógica pelas estatais	67
4. Jurisprudência do TCU sobre o tema	68
4.1 Acórdão nº 533/2022 – Plenário	68
4.2 Acórdão nº 5.495/2022 – 2ª Câmara	68
4.3 Acórdão nº 844/2025 – Plenário	69
4.4 Acórdão nº 1.008/2025 – Plenário	69
5. Conclusão	70
6. Referências	71

ANÁLISE DE IMPACTO ANULATÓRIO: UMA METODOLOGIA PARA APLICAÇÃO DO ART. 147 DA LEI Nº 14.133/2021

<i>Bradson Camelo</i>	73
1. Introdução	73
2. A orientação consequencialista do art. 147 da Lei 14.133/2021	75
3. Custos de transação e custos de oportunidade na anulação de contratos	76
4. Análise de Impacto Anulatório: proposta metodológica	79
5. Conclusão	84
6. Referências	85

LICITAÇÕES COM PROPÓSITO: A GESTÃO DE RISCOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NA LEI DE LICITAÇÕES COMO ESTRATÉGIA SUSTENTÁVEL

<i>Caroline Rodrigues</i>	87
1. Introdução	87
2. A sustentabilidade nas contratações públicas	88
3. A gestão de riscos nas contratações	90
4. Os riscos sociais das contratações públicas	92
5. Os riscos ambientais das contratações públicas	95
6. O risco do <i>greenwashing</i>	97
7. Considerações finais	98
8. Referências	99

A INCOMPLETUDE DOS CONTRATOS DE LONGO PRAZO COMO ELEMENTO PROPULSOR DE UMA NOVA DINÂMICA CONTRATUAL

<i>Cristiana Fortini, Christianne Stroppa e Gabriela Verona Pércio</i>	101
1. Introdução	101
2. Os tipos de contratos de prazo previstos na Lei nº 14.133/2021 e suas respectivas vigências	104
3. A prorrogação do prazo é, em verdade, uma renovação contratual	105
4. A longevidade do pacto depende de um ambiente contratual dinâmico	107
5. A gestão dos riscos econômicos também está sujeita aos efeitos do tempo	110
6. As alterações qualitativas e quantitativas de contratos de longo prazo requerem especial atenção	113
7. Conclusão	115
8. Referências Bibliográficas	115

CAPITAL SUBSCRITO, INTEGRALIZADO E EXIGÊNCIAS NA LICITAÇÃO: UMA ANÁLISE JURÍDICA APÓS O JULGAMENTO DO STF NO TEMA 1118

<i>Daniel de Andrade Oliveira Barral</i>	117
1. Introdução	117
2. Capital Subscrito e Capital Integralizado	119
3. O entendimento tradicional do TCU	120
4. Tema 1118 do STF não Alterou a Jurisprudência do TCU sobre Capital Social Integralizado	121
5. Do entendimento convergente da Advocacia-Geral da União	125
6. Conclusão	127
7. Referências	127

ARBITRAGEM E COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS: INSTRUMENTOS EFICAZES PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

<i>Edgar Guimarães</i>	129
1. Introdução	129
2. Arbitragem	130
2.1 Arbitragem em contratos administrativos	130
2.2 Arbitrabilidade objetiva	131
2.3 Arbitrabilidade subjetiva	132
2.4 Julgamento por terceiro(s)	133
2.5 Sentença arbitral	135
3. Comitê de resolução de disputas	136
3.1 Composição e momento para constituição	138
3.2 Espécies	138
3.3 Cabimento e finalidades	139
4. Conclusões	140
5. Referências bibliográficas	142

A POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E SEUS QUANTITATIVOS

<i>Felipe Boselli</i>	145
1. Prazo de vigência da ata de registro de preços	145
2. A prorrogação da ata de registro de preços	149
2.1 Reestabelecimento das quantidades iniciais no caso de prorrogação da ARP	151
2.2 A antecipação da renovação da ARP	157
3. Conclusões	158
4. Referências bibliográficas	159

**O REGIME ESPECIAL DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO PREVISTO NA
LEI Nº 12.598/2012 COMO UM DESCONHECIDO: A POSSIBILIDADE DE SUA
UTILIZAÇÃO POR TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL,
DISTRITAL E MUNICIPAL**

<i>Felipe Dalenogare Alves</i>	161
1. Introdução	161
2. A Importância da Indústria Nacional de Defesa e o regime jurídico especial estabelecido pela Lei nº 12.598/2012	162
3. O processo de credenciamento de ED e EED e de classificação de PRODE e PED	165
4. As disposições Especiais às Licitações e Contratações Públicas regidas pela Lei nº 12.598/2012: a possibilidade de utilização por todos os entes federativos	168
5. Conclusão	171
6. Referências	172

**A SELEÇÃO ADVERSA E OS ANTÍDOTOS CONTRA OS “LIMÕES” NAS
LICITAÇÕES DE OBRAS PÚBLICA**

<i>Hamilton Bonatto</i>	173
1. Introdução	173
2. A Seleção Adversa nas Licitações de Obras Públicas: Por que os “limões” continuam vencendo — e como evitá-los.	174
3. A Tríade contra a Seleção Adversa: Técnica e Preço, Contratação Integrada e BIM	176
4. Considerações Finais	180
5. Referências	181

**JULGAMENTO DAS CONTAS PÚBLICAS: COMPETÊNCIAS, PROCEDIMENTOS E
FISCALIZAÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS**

<i>Jorge Ulisses Jacoby Fernandes</i>	183
1. Contas anuais dos poderes: responsabilidade e julgamento	183
2. A competência do tribunal de contas: o parecer prévio	186
3. O devido processo legal: ampla defesa e contraditório	187
4. Omissão na remessa das contas anuais	188
5. Contas anuais do presidente da república	189
6. Contas anuais do governador e do prefeito	191
7. Contas anuais das demais autoridades	194

8. Controle e democracia	195
9. Referências bibliográficas	196

CREDENCIAMENTO NA LEI Nº 14.133/21: NOVOS HORIZONTES

<i>Julieta Mendes Lopes</i>	197
1. Conceito e enquadramento	197
2. Cabimento do credenciamento	200
3. Definição do critério para escolha da credenciada	203
4. Adesão ao credenciamento de outro órgão	204
5. Conclusão	205
6. Referências bibliográficas	206

A SUSTENTABILIDADE COMO PREMISSA PARA A DESCARBONIZAÇÃO NOS CONTRATOS PÚBLICOS E A LEI Nº 14.133/2021

<i>Luciano Elias Reis</i>	207
1. Introdução	207
2. A complexa definição de sustentabilidade nas contratações públicas	207
3. O desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas	211
4. A sustentabilidade do desenvolvimento nacional sustentável como vetor para todos os agentes econômicos, públicos ou privados	213
5. As estratégias compras públicas sustentáveis e suas cláusulas contratuais ou editalícias	213
6. A descarbonização como foco central e incidental das cláusulas de sustentabilidade nas contratações públicas	216
7. A Lei 14.133/2021 e a previsão direta e indireta para a descarbonização	219
8. Conclusões	220
9. Referências bibliográficas	221

A ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NA LEI 14.133/2021

<i>Marcus Vinícius Reis de Alcântara</i>	223
1. Introdução	223
2. O controle interno e a constituição federal	223
2.1 Gestão de riscos e controles internos	224
2.2 Unidade de controle interno	226
3. Atuação do controle interno na Lei nº 14.133/2021	227
3.1 Segregação de funções	227
3.2 Papéis de apoio e auxílio aos agentes públicos	228

3.3 O controle interno e as minutas de documentos	229
3.4 Sigilo de informações na Lei nº 14.133/2021	229
3.5 Atuação conjunta com o controle externo	230
4. Formas de manifestação do controle interno	231
5. Conclusão	232
6. Referências bibliográficas	233

A INEXECUÇÃO CONTRATUAL POR FORTUITO INTERNO EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: RESPONSABILIDADE E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

<i>Mariana Guimarães</i>	235
1. Introdução	235
2. Conceito e classificação do fortuito: interno e externo	236
2.1 Fortuito externo	237
2.2 Fortuito interno	238
3. A responsabilidade contratual com a administração pública à luz da distinção entre o fortuito externo e fortuito interno	239
4. Consequências jurídicas nos casos de atraso em razão de fortuito interno	244
5. Conclusão	245
6. Referências	247

WORKFLOW PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO LICITATÓRIO: DIAGNÓSTICO, OBJETIVOS E METAS

<i>Mariane Yuri Shiohara Lübke</i>	249
1. Introdução	249
2. Planejamento licitatório e regulamentos federais	250
3. Construção de um programa para implementação do planejamento	255
4. Conclusões	262
5. Referências bibliográficas	262
6. Anexo	263

EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DA LEI DO CADIN: ANÁLISE DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº 14.973/2024

<i>Michelle Marry Marques da Silva</i>	267
1. Introdução	267
2. Histórico de aplicação da Lei do CADIN e impactos da Lei nº 14.973/2024	268
3. Necessidade de regras de transição na alteração da Lei do CADIN	271
3.1 Proteção da confiança legítima e segurança jurídica	271

3.2 Análise do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002 e suas consequências nos contratos administrativos	274
4. Implicações do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002 aos convênios administrativos	277
5. Desafios e Procedimentos das Regras de Transição para Contratos e Convênios após a alteração da Lei do CADIN	281
6. Conclusão	282
7. Referências Bibliográficas	283

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP): UMA ANÁLISE SOBRE TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES

<i>Mirela Miró Ziliotto Germano</i>	285
1. Considerações iniciais	285
2. Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP): uma ferramenta de transparência e eficiência das contratações	289
3. Desafios na implementação do PNCP	290
4. Considerações Finais	294
5. Referências	295

COMO CONTRATAR PORTAIS PRIVADOS DE LICITAÇÃO

<i>Murilo Jacoby Fernandes</i>	299
1. Introdução	299
2. Breves considerações acerca dos portais privados	300
2.1 Portais privados são legais?	300
2.2 O que são portais privados e quais tipos de serviços oferecem	301
2.3 É lícita a cobrança de valores pelos portais privados?	302
2.4 A contratação de portais privados é regida pela Lei nº 14.133/2021	303
3. Estudo Técnico Preliminar (ETP) como requisito para contratação	303
3.1 critérios de remuneração do portal privado	305
4. Do método de contratação	306
5. Vedações e exigências a serem previstas	307
5.1 Cobrança sobre o valor adjudicado	308
5.2 Exigência de contratação avulsa	308
5.3 Guarda dos dados	309
5.4 Necessidade de regulamentação local	309
6. Conclusão	310
7. Referências Bibliográficas	310

CONTRATAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E AS OPÇÕES LEGAIS

<i>Paulo Sérgio de Monteiro Reis</i>	311
1. A importância do projeto básico	311
2. As modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/2021	313
3. Os critérios de julgamento	314
4. O projeto básico, seu conteúdo e suas formas de contratação	315

DA (NÃO) APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI Nº 14.133/2021 PARA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS REGIDAS PELA LEI Nº 13.303/2016

<i>Renila Bragagnoli</i>	327
1. Introdução	327
2. Do dever de autorregulamentação das empresas estatais	328
3. Não aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 14.133/2021	329
4. A independência da Lei nº 13.303/2016 das demais leis gerais de licitação e seus efeitos	331
5. A (não) aplicação analógica da Lei nº 14.133/2021 à Lei nº 13.303/2016	334
6. Considerações finais	341
7. Referências	342

O CONTRATO DE EFICIÊNCIA NA LEGISLAÇÃO LICITATÓRIA

<i>Ronny Charles L. de Torres</i>	345
1. Introdução	345
2. Critério de julgamento maior retorno econômico	346
2.1 A peculiar estruturação das propostas	347
2.2 Critério maior retorno econômico e o risco de propostas inexequíveis ..	349
3. Contrato de eficiência	350
3.1 Contrato de eficiência e a combinação com outras ferramentas da NLLCA	351
3.2 Peculiaridade econômica do modelo	352
3.3 Aplicação potencial do contrato de eficiência	353
4. Conclusão	355
5. Referências bibliográficas	356

O PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES E A NECESSIDADE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS PARA RETROALIMENTAR O SISTEMA

<i>Tatiana Camarão</i>	357
1. Introdução	357
2. A importância do Plano de Contratação Anual para a concretude do planejamento estratégico da organização pública	359
3. Os artefatos do planejamento das contratações e sua adoção pelas organizações públicas	360

4. O monitoramento dos resultados da contratação para melhoria da qualidade dos serviços públicos	361
5. Conclusão	365
6. Referências Bibliográficas	366

A REGULAMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DA LEI Nº 14.133/2021 POR PARTE DE ÓRGÃOS E ENTIDADES MONOLÍTICAS

<i>Victor Aguiar Jardim de Amorim</i>	367
1. Introdução	367
2. Regulamentos administrativos e hierarquia normativa	368
3. Conteúdo “ideal” de regulamentação da Lei nº 14.133/2021	372
4. A autonomia federativa e dos Poderes no exercício do “poder regulamentar”	374
5. A complexa estrutura regulamentar nas contratações públicas: hierarquia de regulamentos e a problemática das instruções normativas do SISG	376
6. Conclusões	377
7. Referências bibliográficas	378

CENTRALIZAÇÃO DE COMPRAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: UMA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

<i>Viviane Mafissoni</i>	381
1. Introdução	381
2. Fundamentos jurídicos e práticos da centralização	382
3. Histórico da Centralização de Compras no Brasil	382
3.1 Anos 1930-1960: Primeiros Passos e Consolidação	383
3.2 Anos 1960-1980: Expansão e Reformas	383
3.3 Anos 1980-2000: Redemocratização e Descentralização Parcial	383
3.4 Anos 2000-2024: Modernização e Inovação	384
4. Modelos de centralização e níveis de maturidade institucional	384
5. Centralização via sistema de registro de preços: responsabilidade compartilhada	385
6. Sustentabilidade e eficiência: o papel da centralização na agenda ESG	386
7. Centralização e demais procedimentos	387
8. Desafios para a implementação efetiva	388
9. Conclusão	388
10. Referências	389